



QUESTÃO SOCIAL: das protoformas à inclusão social na educação

Tranquilo Fiametti

RESUMO

Este trabalho trata da ajuda ao pobre, percorrendo o caminho da história para captar e fundamentar a origem da questão social. Além disso, relata que a ajuda aos pobres, na sociedade primitiva, era assumida pela tribo ou pelo clã como expressão de solidariedade e de ajuda mútua existente no vínculo familiar e parentesco. Posteriormente, essa ajuda passa por motivações humanitárias e religiosas, e são atendidos também os que não pertenciam ao mesmo círculo e vínculo de parentesco. Mais tarde, estabelecem-se normas morais e religiosas que foram as primeiras formas estruturadas de assistência social como a entendemos e é normatizada hoje.

Palavras-chave: questão social, serviço social, ajuda, pobreza.

ABSTRACT

The article deals with the means of aid for the poor, in the course of history so as to grasp the origin of the society's activities in behalf of social welfare. Beginning with the activities of social assistance to the needy in primitive society, among tribes and clans, based on social relations, and as a sign of human solidarity, and nurtured by the moral and spiritual nature of man. Later on social welfare became nurtured as well by principles from social ethics, such as cultural and educational obligations. The constant renewal and improvement of economic conditions provide the citizen in need with means of improving human and social assistance with jobs and health programs, endorsed by syndicates, political organizations and the pastoral care of the Church.

Key-words: social problem, social service, aid, poverty.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de apresentar um resgate histórico para entendermos, a partir da antiguidade, que a questão social foi e é um processo de produção, de reprodução e desenvolvimento das sociedades e dos sistemas, em especial do capitalismo.

Pretendemos caminhar por um percurso em torno do processo histórico que deu origem à *questão social*. Entendemos que esse assunto continua presente, de diferentes formas, no cotidiano do Assistente Social e, para isso, necessita ser revisitado por diferentes olhares. O olhar no viés histórico quer contribuir para ampliar o debate. Portanto, o resgate da trajetória do movimento e da concepção do tema pode ser uma contribuição para o Serviço Social, na medida em que percebemos que a *questão social* continua desafiando nossa profissão e outros profissionais de áreas afins com suas diferentes expressões, nos diferentes contextos e espaços.

Ao aprofundar o tema em torno da “*questão social*”, faremos uma viagem pela história e pontuaremos aspectos relacionados à ajuda aos pobres como forma da expressão da *questão social*. Vamos perceber que esse movimento, ao longo da história e das civilizações, pode ser entendido como um caminho que levou, no decorrer da história, à estruturação da Política da Assistência Social como a entendemos hoje.

O trabalho apresenta também a contribuição do Colégio Catarinense no processo de enfrentamento da questão social através da oferta de bolsas de estudos como forma de inclusão social e possibilidade para o fortalecimento e conquista de cidadania.

2 PROTOFORMAS DA QUESTÃO SOCIAL

A discussão do enfrentamento da questão social passa por um processo de compreensão das determinadas alternativas de superação de suas expressões dentro de seus contextos históricos (FIAMETTI, 1988). É um tema em que suas expressões acompanham a evolução da sociedade e continua sendo foco do trabalho do Serviço Social, pois vivemos numa sociedade capitalista e, conseqüentemente, excludente.

Problematizar as ações de enfrentamento da pobreza, na antiguidade, entendidas como protoformas da questão social, é o fio condutor deste trabalho. Assim, vamos percorrer por um caminho para captar as condições, através dos embates sociais, em que definiu, na sociedade capitalista, a questão social.

Resgatar, na história, o processo e os meios em que a sociedade se organizava para atender às demandas dos necessitados pode iluminar e indicar estratégias necessárias para o enfrentamento nos dias de hoje. Vamos perceber, pois, as múltiplas formas de enfrentamento e organização da sociedade primitiva que se convencionou denominar, na sociedade capitalista, de questão social.

Na sociedade primitiva, para Andere-egg (1994), os pobres e necessitados eram assistidos pela tribo ou clã como forma de solidariedade e de ajuda mútua coexistente no vínculo familiar e parentesco. O sentimento de grupo e de comunidade tinha sua materialidade. Posteriormente, passa pelas motivações humanitárias e religiosas e estende também aos que não pertenciam ao mesmo círculo e vínculo de parentesco. Mais tarde, estabelecem-se normas morais e religiosas, que se entendem como as primeiras e rudimentares formas estruturais das de assistência.

Na antiga Babilônia, com a população dividida entre proprietários, artesãos e escravos, a ajuda se estendia aos órfãos e às viúvas. As coletas serviam para libertar o escravo, como veremos a seguir. Na Mesopotâmia, o Rei Hammurabi, 2100 a.C., elaborou um código que levou seu nome e no qual ainda se encontram noções de ajuda e de ética nas relações sociais.

Entre 2111 e 2003 a.C., na III dinastia de Ur, encontramos uma forma de escravidão, a do homem livre, que, para pagar suas dívidas, vende sua esposa ou filhos e/ou a si mesmo e passa a trabalhar como escravo. O legislador, no código de Hamurabi, estabelece o período de três anos de escravidão, sendo que, no quarto ano, será livre novamente:

Se uma dívida pesa sobre um awílum (homem livre) e ele vendeu sua esposa, seu filho ou sua filha ou os entregou em serviço pela dívida, durante três anos trabalharão na casa de seu comprador ou daquele que os tem em sujeição, no quarto ano será concedida a libertação” (BOUZON, 1987, p. 131)

O Islã, como uma das grandes religiões, em sua origem, tem a prescrição de ajudar ao pobre. Nesse sentido, por dever, quem segue essa religião paga um imposto, que é arrecadado de acordo com seus bens e suas propriedades, e os recursos arrecadados são distribuídos aos pobres, conforme suas necessidades.

No cristianismo primitivo, os pobres, as crianças e as viúvas eram tidos como irmãos, e a instituição do diaconato foi uma resposta organizada e estruturada para atender às suas necessidades. O diaconato é do primeiro século do cristianismo; foi instituído pelos apóstolos da seguinte forma: elegeram sete homens para o serviço da comunidade cristã e para assistir os pobres. A diaconisa, organização da época do Papa Benedito II (683 – 685), foi uma forma institucionalizada de organização de asilos, hospitais e hospedarias para atender os idosos, peregrinos e pobres.

3 A PRESENÇA DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Em Atenas, entre os séculos VIII e VI a.C., a ajuda aos pobres e necessitados, assim como aos enfermos, inválidos, às viúvas e aos órfãos foi organizada pelo Estado. Essa ajuda se dava através da distribuição de pão, farinha, trigo, azeite e de carne, que era oferecida para os sacrifícios. Outros fundos de ajuda aos pobres provinham das entradas aos espetáculos nos estádios, nas assembleias e nos teatros. Parece que havia uma coexistência entre

assistencialismo e entre uma política governamental organizada, não muito diferente que nos dias de hoje; o que difere são os contextos históricos e o discurso do tratamento.

“Na antiguidade, a população era constituída predominantemente por pobres, sendo dois terços da mesma de escravos” (FIAMETTI, 1988, pg. 149). Na cidade de Ática, na Grécia, dos 400.000 habitantes, no séc. V a. C., a metade deles eram escravos. Havia uma minoria de famílias aristocráticas, uma parte de pequenos proprietários e marinheiros, e uma outra grande parte não possuía renda (ANDER-EGG, 1994). A coexistência dessa realidade se produz e reproduz com a ajuda aos mais pobres e necessitados.

Em Roma, o Imperador Marco Nerva (96-98) criou um sistema de alimentação para os mais pobres e organizou também um fundo de empréstimo para favorecer os pobres. Seus sucessores foram desenvolvendo esse sistema, que passou de “*pão e circo*” a uma forma institucionalizada, denominada de): a “*annona*”, distribuição regular de trigo; b) o “*congiario*”, distribuição extraordinária de alimentos e dinheiro; c) a “*alimenta publica*”, alimentação para os meninos de até 12 anos e para as meninas de até 14 anos de idade (ANDER-EGG, 1994). Percebe-se como o estado, nesse contexto, estende seu poder para manter uma ideologia de alienação através do assistencialismo na medida em que simplesmente distribui trigo, alimentos e dinheiro. Fazendo-se um paralelo com o governo de hoje, encontramos, também, essa forma de organização.

Em Roma, 258 d.C., inicia-se o atendimento aos enfermos em hospitais. Lourenço, chefe dos diáconos, acomodou, num edifício, os enfermos para melhor atendê-los, com a ajuda dos cristãos, através da esmola. Depois de Constantino, a Igreja contou com a ajuda de imperadores e de particulares, anônimos, e iniciou a criação de hospícios e hospitais. O primeiro hospital, em Capadócia, foi construído por São Basílio. Em 350, o Imperador Justiniano construiu, em Jerusalém, o hospital São João (ANDER-EGG, 1994).

No código de Justiniano, em 530, constam as primeiras instituições organizadas de beneficência:

- *xenodoxia* – *albergue* para os estrangeiros;
- *bephotrophia* – asilo de crianças recém-nascidas;
- *nosocomia* – hospitais;
- *gerantocomia* – asilos ou hospitais para os anciãos (ANDER-EGG, 1994).

Como podemos perceber, o atendimento aos pobres tem um suporte maior, hora pela religião, hora pelo Estado e hora entre religiões e Estado, o que não é muito diferente nos dias de hoje. Muitos serviços, realizados de forma voluntária, caritativa e paternalista, foram, com o decorrer do tempo e das necessidades, institucionalizando-se. O cristianismo primitivo, por exemplo, tratou de cinco problemas sociais de sua época: 1. da atenção aos enfermos e aos famintos; 2. do cuidado com os órfãos e com as viúvas; 3. da hospitalidade aos estrangeiros; 4.

das visitas aos presos e 5. dos serviços de ajuda às vítimas da perseguição religiosa, (ANDER-EGG, 1994).

No período da Idade Média, expande-se e estrutura-se a propriedade senhorial laica e eclesiástica. Esse tipo de sociedade se consolida depois da queda do Império Romano. O feudalismo foi uma forma de organização social, econômica, política e de um modo de produção e distribuição de bens em que a minoria, os senhores feudais, eram donos das propriedades, e a maioria dependia do senhor feudal. A partir desse contexto, desenvolve-se um maior embate entre os que têm condições favoráveis de existência com os que dependem de outros para sobreviver, e a questão social ganha mais visibilidade.

O século XII é um marco referencial de mudança na concepção e no tratamento para com a pobreza: de consideração moral e religiosa passa, paulatinamente, a ter um enfoque social. Isto é, a pobreza passa a ser entendida como um fenômeno social. Entre as formas de ajuda, nesta época, distinguimos três principais: a) ajuda pública, prestada pelas ordens religiosas nos hospitais; b) a esmola para a pessoa necessitada ou para instituições como asilos, hospitais; e c) a ajuda mútua prestada pelas Corporações de Ofício (ANDER-EGG, 1994).

As instituições religiosas, na medida em que não conseguem atender à demanda sobre a pobreza, articulam-se de diferentes formas. Com a morte do papa Gregório, o Grande, o fundo dos pobres passou para as mãos de leigos. O Concílio de Tours (567) propôs que as autoridades civis articulassem, com as corporações locais, o compromisso de assumir e sustentar os pobres. Carlos Magno, como imperador, cria um plano eclesiástico/civil de ajuda aos pobres, ordenando, em 812, que a décima parte das esmolas ingressadas nas igrejas e monastérios fosse destinada aos pobres.

Nos séculos XIII, XIV e XV, as ordens religiosas retomam para si grande parte do cuidado dos pobres. No séc. XIV, as paróquias, os mosteiros, os conventos, os hospitais e abadias proporcionavam refúgio, esmola e roupa para os pobres. Várias instituições eram financiadas pela caridade de membros da família real e da aristocracia (ANDER-EGG, 1994).

Segundo Ander-egg, um dos precursores da assistência, enquanto política social, é Juan Luis Vives (1492-1540), que propôs formas de ajuda a partir de organizações governamentais, pois, como vimos, a ajuda se dava principalmente através de instituições eclesiásticas, corporações, ou como resposta individual. O livro que publicou em 1526, "*El tratado del Socorro de los Pobres*", é um referencial para a história da Assistência Social daquele contexto.

Portanto, do séc. XI até o séc. XV, a Europa manteve sua estrutura feudal, uma sociedade fundamentalmente agrícola, com sua organização artesanal. A nobreza, paulatinamente, é dominada por monarquias absolutas, e estas superam, progressivamente, o feudalismo e seu modelo de produção. No séc. XV, com a introdução de novas ferramentas de trabalho na agricultura, e com os artesãos, na sua maioria, passando a trabalhar para outros artesãos, vão-se produzindo transformações socioeconômicas que, de forma embrionária, gestam-se, e viabiliza-

se o sistema capitalista. Portanto, com a progressiva perda do poder dos senhores feudais e da Igreja medieval, e com as transformações socioeconômicas, foi necessário recriar novas formas para atender os necessitados. Conforme este trabalho, é a partir desse contexto que começa a mudar o discurso de ajuda aos pobres para a questão social.

Para esse período, Ander_egg destaca três características na forma de ajuda às necessidades: 1. motivações fundamentalmente religiosas; 2. começo da organização da ação assistencial; e 3. esboço de uma certa técnica operacional (ANDER-EGG, 1994). Percebe-se que, nessa época, inicia-se um processo de ruptura, de uma fundamentação predominantemente paternalista para um movimento operacional mais técnico.

A Inglaterra, por exemplo, criou, em 1536, o primeiro plano de beneficência pública, em que cada paróquia deveria sustentar seus pobres e obrigá-los a trabalhar, caso eles estivessem em condições para isso. Em 1562, foi criada a regulamentação de salários, horas de trabalho e capacitação dos artesãos. Os vagos e mendigos que possuíam entre 12 e 70 anos de idade eram obrigados a trabalharem como serventes, também se possuíssem condições físicas para tal atividade. Em 1572, foi criado um imposto para socorrer os pobres, com um corpo de inspetores para administrá-lo. Em 1576, foram criados asilos para anciãos, cegos, cochos e para quem estivesse impedido de trabalhar. Também na Inglaterra, a Lei dos Pobres foi promulgada, em 1061, e de uma certa forma consolidou a ideia de que o governo é responsável pelos pobres, e isso pode ter servido de modelo para o Estado do Bem-Estar Social (ANDER-EGG, 1994).

Depois de apresentar uma leitura de perspectiva histórica, com a finalidade de contribuir com a problematização em torno do tema, a impressão é de que a prática do enfrentamento das expressões da questão social aparecem antes mesmo da produção e consolidação do sistema capitalista, e essas práticas entendem-se aqui como protoformas dessa questão. A partir do sistema capitalista, as expressões deste tema são mais explícitas, já que esse sistema é, por natureza, excludente.

Apresentado esse recorte pela via da história, fazemos uma aproximação com o Serviço Social para captar o entendimento do tema, pois essa questão é um tema no Serviço Social em permanente tensão teórico-prática.

4. SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

Por questão social entende-se aqui o conjunto de ações, decorrentes dos embates sociais, incluindo as iniciativas por meio das quais um sujeito começa a se mobilizar, articulando-se com outros sujeitos individuais e coletivos, com o intuito de superação da miséria e para a conquista da autonomia, em que os resultados são estendidos ao conjunto dos sujeitos sociais. Esse último conjunto subentende a cidadania, que é um processo de conquista e ampliação de direito, decorrentes da sociedade capitalista.

A aproximação e articulação com o Serviço Social dá-se a partir de uma referência, mais aceita dentro da profissão, para captar o que essa profissão, ou melhor dito, o que essa autora, entende por questão social. Conforme Iamamoto (1983):

a questão social não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento, como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO, 1983, pg. 77)

Ainda para contribuir no debate sobre o tema, Cerqueira Filho, por “*questão social*”, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais, culturais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, “a ‘*questão social*’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, p.21).

Em relação ao conteúdo citado acima (FIAMETTI, 1988), o autor fez uma síntese do processo de construção e de seu discurso no Brasil: a questão social foi tratada como caso de polícia até a década de 30; de 30 a 37, como caso político; de 37 a 46, foi reprimida; de 46 a 52, tratada com estilo populista com conteúdo tutelar; de 53 a 54, com estilo populista com conteúdo emancipacionista; de 55 a 62, estilo populista com conteúdo tutelar; e de 62 a 64, estilo populista com conteúdo emancipacionista. Assim, percorremos um trilha que oferece um entendimento das condições do surgimento da questão social.

Para o autor, este trabalho possibilita algumas indicações em torno do processo histórico para o enfrentamento da pobreza e do atendimento aos necessitados. Essas ações são entendidas aqui como protoformas da questão social, e fazem uma aproximação com o Serviço Social e uma síntese, a partir de Cerqueira, do discurso da questão social do Brasil. O trabalho pretende tematizar o assunto e contribuir para o processo de ensino e aprendizagem no cotidiano do Assistente Social, na medida em que o profissional do Serviço Social consegue relacionar o seu cotidiano com essa questão. Agora vamos apresentar uma expressão da questão social: a da educação como forma de inclusão social e de conquista e ampliação de cidadania possibilitada pelo Colégio Catarinense.

5 A INCLUSÃO SOCIAL E A CONQUISTA DE CIDADANIA A PARTIR DA EDUCAÇÃO

O Colégio Catarinense, localizado no Estado de Santa Catarina, no município de Florianópolis, atende, em média, a um grupo de 400 alunos do Ensino Médio, com bolsa de estudo.

Os alunos selecionados possuem uma renda *per capita* familiar que não ultrapassa 1,5 salário-mínimo nacional, conforme exigências da Lei nº 12.101/2009 e do Decreto [nº 7.237, de](#)

[20 de julho de 2010.](#) É uma das contribuições do Colégio para o processo de inclusão social e para o conquista e ampliação dos direitos de cidadania.

Quanto ao processo de superação e enfrentamento da questão social, a partir da oferta das bolsas de estudo pode ser apresentada da seguinte forma: dos 104 alunos bolsistas que concluíram o Ensino Médio em 2010, 60 conseguiram aprovação no vestibular na primeira chamada; desses, vinte passaram a estudar na maior Universidade Pública de Santa Catarina; outros 40 alunos passaram em diferentes universidades, públicas e privadas.

Dos alunos que concorreram para o vestibular para ingressar na Universidade em 2011, temos o seguinte resultado: dos 94 concorrentes, 52 conseguiram aprovação na primeira chamada: 25 para a Universidade Federal de Santa Catarina e 13 na Universidade Estadual de Santa Catarina, sendo que 11 passaram nas duas Universidades Públicas. Outros 14 alunos optaram por concorrer em Universidades privadas.

Dos 140 alunos bolsistas que concluíram o Ensino Médio em 2012, 68 ingressaram, na primeira chamada, em diferentes universidades públicas e privadas.

Esses dados revelam a contribuição do Colégio Catarinense, de sua comunidade educativa, e, nela, a parcela do Serviço Social para o processo de enfrentamento da questão social, da inclusão social e da conquista e ampliação de cidadania.

Portanto, se na antiguidade e na Idade Média a ajuda aos pobres era possibilitada através da tribo, da contribuição pessoal e benevolente, e, principalmente, através das religiões, hoje, com o processo de complexificação das sociedades, exige outras formas de organização e gerenciamento dos recursos públicos. Daquela forma pessoal e assistencialista de ajuda; daquela forma tribal; daquela forma em que as religiões e igrejas ajudavam, passou hoje a estruturar-se como uma Política Social, em que o Governo tem forte controle de monitoria, por exemplo, a lei de filantropia. Contudo, não quero dizer que a ajuda de forma pessoal e voluntária, grupal e eclesial tenha terminado: o que existe é uma forma governamental de gerenciamento e monitoramento dos recursos públicos. Com isso, hoje, não é a igreja que toma para si a exclusividade da questão do enfrentamento da pobreza, mas é o próprio Estado que pode contar com a parceria de diferentes instituições, entre elas, a Igreja. Assim se explica e justifica-se o gerenciamento das bolsas de estudo filantrópicas do Colégio Catarinense, que investe e potencializa a formação voltada para a cidadania e inclusão social.

6 CONCLUSÃO

Percorremos um longo caminho na história para mostrar, de forma sucinta, como, em diferentes espaços e contextos, os pobres foram sendo atendidos, e para captar como o entendimento de Política da Assistência Social foi reconfigurando-se e constituindo-se. É claro que o texto não pretende dar uma visão panorâmica e histórica completa do trato com os pobres e a pobreza, mas indica um caminho e, principalmente, mostra a importância do pensar e

repensar as ações no cotidiano do Serviço Social em favor da Política de Assistência Social. Esse movimento quer ser, também, um indicativo de leitura, aprofundamento e articulação com o trabalho do Assistente Social, para articular com uma visão macro e interagir num contexto específico.

O percurso da história é o percurso também das relações e interações sociais, econômicas, sociais e religiosas. Nesse percurso, percebe-se como o trato com relação ao pobre foi sendo estabelecido, construído e articulado. Entender esse movimento pela história da humanidade pode ajudar a entender melhor o contexto em que vivemos e a relação que se estabelece com a Política da Assistência Social.

Portanto, tentei de forma sucinta e, até de certa forma, um tanto superficial pela sua abrangência, explicar como a trajetória da ajuda e da esmola para os pobres foi processando-se. Procurei mostrar de que modo pessoas, grupos e instituições da antiguidade enfrentaram e lidaram com a pobreza material ao longo de sua história.

No caso específico, relatei o tema com o trabalho do Serviço Social realizado no Colégio Catarinense para indicar que a história da ajuda ao pobre continua a ser construída e reconstruída, através de parcerias entre o público e o privado, a partir de novas demandas e com novas exigências.

7 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a araxá**. São Paulo: Cortez, 1989.
- ANDER-EGG, Ezequiela. **Historia del trabajo social**. Buenos Aires: Lumen, 1994.
- ANDER-EGG, Ezequiela. **El Servicio Social em la encrucijada**. México: Umets, 1971.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A história moderna e contemporânea**. São Paulo: Ática, 1984.
- BIGO, Pierre e ÁVILA, Fernando Bastos de. **Fé cristã e compromisso social: Elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da doutrina social da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1963.
- BOUZON, Emanuel. **O Código de Hammurabi**. Petrópolis. Vozes, 1986.
- CERQUEIRA FILHO, GISÁLIO. **A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- COSTA, Suely Gomes. **Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- DIAS, José Fernandes (org.) **Serviço social; intervenção na realidade**. Petrópolis: vozes, 1980.

- DURANT, Will. **A história da civilização: a nossa herança oriental**. Trad. Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro: Record, 1963.
- FIAMETTI, Tranquilo. **Práticas do serviço social**. Org. Jacqueline Oliveira Silva. Serviço Social e Igreja católica: enfrentamento da questão social no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Dacasa Editora, 1998.
- GESTEL, C. VAN. **A Igreja e a Questão Social**. Trad. Fernando Bastos de Ávila. Rio de Janeiro. Agir, 1956.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História da antiguidade oriental**. Petrópolis: Vozes, 1963.
- YAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.
- YAMAMOTO, Marilda. **Revolução e conservadorismo no serviço social; ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MIGUEL, Sandra Regina. **A busca da construção da identidade profissional do serviço social**. TCC, UNISINOS, 1993.
- MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Trad. Heloisa Jonh. Rio de Janeiro: Campus, 199.
- SERRA, Rose Mary Sousa. **A crise da materialidade do serviço social**. In Serviço Social e Sociedade, n. 41, p. 147-1575, 1993.
- VAN GESTEL, C. **A igreja e a questão social**. Trad. Fernando Bastos de Ávila, Rio de Janeiro: Agir, 1956.